

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

(Do Sr. Roberto de Lucena)

Requer que esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprove a **MOÇÃO DE REPÚDIO** à morte de civis naquele país.

Senhor Presidente,

Requeiro que esta Comissão Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprove a Moção de Repúdio à morte de civis naquele país.

JUSTIFICAÇÃO

Há mais de quinze meses, o governo sírio do Sr. Bachar Al-Assad é alvo de manifestações populares que clamam pela implantação de um regime democrático no país.

Os números de mortos dos conflitos entre manifestantes e o governo chegam a cerca de treze mil e quatrocentas pessoas. Os líderes internacionais manifestaram fortes temores na semana passada de que a Síria mergulhe em uma guerra civil total.

Recentemente, em Genebra, o Conselho dos Direitos Humanos da ONU autorizou uma investigação internacional independente

sobre o massacre para levar à justiça os responsáveis, que poderão ser acusados de crimes contra a Humanidade.

Apesar de uma mobilização massiva das forças de segurança, mais de 250.000 sírios protestaram contra o governo o massacre de Houla. Soldados abriram fogo para dispersar os manifestantes.

Essa é a situação de violência na Síria, que é fomentada pela influência externa.

O sítio de notícias G1, da globo.com, no dia 01 de junho, veiculou a seguinte notícia: "A violência, somada à imobilidade das grandes potências, compromete o cessar-fogo e o plano de paz negociado pelo enviado especial internacional Kofi Annan, uma iniciativa apoiada pelo Conselho de Segurança da ONU, mas que permanece não sendo respeitado. "Hoje, vemos elementos precursores de uma guerra civil. Isso é extremamente perigoso" - declarou em Berlim o presidente russo, Vladimir Putin, aliado do governo Assad, ressaltando que é impossível solucionar a crise "através da força". Com a chanceler alemã, Angela Merkel, que frisou a necessidade de "fazer de tudo para evitar a guerra civil", Putin se pronunciou em favor de uma "solução política" e negou que seu país forneça armas à Síria que possam ser utilizadas em uma guerra. Americanos e franceses contra russos. As divergências entre franceses e russos ficaram claras em Paris, que Putin visitou depois de Berlim. O presidente François Hollande considerou que "não há solução possível" na Síria sem "a saída de Bashar al-Assad", pedindo sanções contra o governo sírio e dizendo que sabe dos "riscos de desestabilização, com os riscos de guerra civil". Putin respondeu, questionando a eficácia de sanções do Conselho de Segurança da ONU contra o governo sírio. E em um novo sinal de tensão entre americanos e russos, a secretária de Estado Hillary Clinton acusou a Rússia de fornecer armas ao governo Assad, o que gerou uma rápida resposta de Moscou que mencionou uma ajuda financeira estrangeira e a entrega de armas aos rebeldes no massacre de Houla. A Rússia e a China bloquearam no Conselho de Segurança resoluções ocidentais contra o regime de Damasco que não reconhece a contestação, atribuindo o movimento ao

terrorismo. O chefe da diplomacia britânica, William Hague, afirmou que a Síria está "à beira de uma guerra civil total", após uma reunião em Istambul com o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, que alertou para o risco de uma "guerra civil catastrófica". A alta comissária da ONU de direitos humanos, Navi Pillay, pediu que a comunidade internacional "apoie com todo o seu peso o plano" Annan para evitar um "conflito total" que colocará a Síria e a toda a região em "grave perigo".

Assim, observa-se que o problema ultrapassou a esfera nacional e dos direitos humanos para adentrar na esfera internacional e de preocupação mundial, razão pela qual, diante das informações acima sobre a matança de civis na Síria e uma possível guerra civil, entendemos que esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprove esta **Moção de Repúdio**, dando assim ressonância ao descontentamento, reprovação e indignação diante dos fatos amplamente noticiados e divulgados pela imprensa internacional.

Sala das Sessões, 06 de junho de 2012.

Deputado ROBERTO DE LUCENA

PV/SP